



Assembleia Legislativa

Ao Presidente da Comissão de

Justiça
para os devidos fins.

Em 13/10/25

C. W. Rodrigues

Concelção de Maria Lages Rodrigues
Chefe do Núcleo Comissão Técnicas

Ao (a) Deputado (a) Evaldo

J. Alves
para relatar.

Em 14/10/25

[Assinatura]
Presidente da Comissão de Constituição
e Justiça HL

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

INDICATIVO DE PROJETO DE LEI Nº 29/2025

AUTOR: DEPUTADO ESTADUAL WARTON LACERDA – PT

RELATOR: DEPUTADO EVALDO GOMES

I - RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica do **Indicativo de Projeto de Lei nº 29/2025**, de autoria do Deputado Estadual Warton Lacerda, que *"dispõe sobre a concessão de desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor das tarifas de transporte intermunicipal de passageiros para vigilantes que atuem no Estado do Piauí, mediante apresentação da Carteira Nacional de Vigilante - CNV"*.

A proposição tem por objetivo assegurar aos profissionais vigilantes o benefício de redução tarifária nos serviços de transporte intermunicipal, como forma de valorização da categoria e de incentivo à mobilidade desses trabalhadores, que frequentemente se deslocam entre municípios para o desempenho de suas funções.

O indicativo propõe que o Poder Executivo encaminhe Projeto de Lei ao Legislativo Estadual regulamentando a matéria, de modo a permitir que o benefício seja operacionalizado junto às concessionárias e permissionárias do serviço público de transporte coletivo intermunicipal.

É o breve relatório. Passa-se à análise.

II - FUNDAMENTAÇÃO

A competência desta **Comissão de Constituição e Justiça** para a análise preliminar de proposições legislativas está delineada no art. 34, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, que lhe atribui a função de examinar os aspectos **constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica**

legislativa das matérias submetidas à apreciação parlamentar.

Vejamos:

Art. 34. São as seguintes as matérias, campos temáticos ou áreas de atividades afetos às Comissões Permanentes:

I - Comissão de Constituição e Justiça:

a) em caráter preliminar, aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa de projetos, emendas ou substitutivos sujeitos à apreciação da Assembleia;

(grifos nossos)

Tem-se ainda o disposto nos artigos 163 e 164 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí – ALEPI, senão vejamos:

Art. 163. O Indicativo de projeto de lei é a proposição em que o Deputado sugere ao Poder Executivo, ao Tribunal de Justiça do estado do Piauí, ao Ministério Público, à Defensoria Pública, ao Tribunal de Contas, medidas de interesse público que não caibam em projetos de iniciativa da Assembleia.

Art. 164. O indicativo de projeto de lei deve ser redigido com clareza e precisão, devendo ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça para sua apreciação e, em seguida, ao Plenário, para discussão e votação em turno único.

Dessa forma, verifica-se que o **Indicativo de Projeto de Lei** constitui instrumento legítimo por meio do qual o Parlamentar propõe ao Poder Executivo medidas de interesse público que não se enquadram na esfera de iniciativa da Assembleia, materializando a função propositiva e colaborativa do Poder Legislativo, que atua como indutor de políticas públicas, sem invadir a competência privativa do Chefe do Executivo.

Portanto, constata-se que o instrumento está **correto** e adequado, uma vez que o **Indicativo de Projeto de Lei** possui **natureza propositiva e não vinculante**, tendo por finalidade sugerir ao Poder Executivo a adoção de medidas legislativas, sem criar obrigações diretas ou interferir na competência privativa do Chefe do Executivo, razão pela qual não há vício de iniciativa nem ofensa ao princípio da separação dos poderes (art. 2º da CF/88).

A competência para dispor sobre a concessão de desconto nas tarifas de transporte intermunicipal é dos Estados-membros, em razão da chamada **competência residual**, prevista no art. 25, §1º, da Constituição Federal de 1988, senão vejamos:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

Tal competência decorre do fato de que a Constituição não atribuiu à União nem aos Municípios a prerrogativa de legislar sobre o transporte intermunicipal, limitando-se, no art. 22, XI, a dispor que compete privativamente à União legislar sobre trânsito e transporte, o que abrange normas gerais e o transporte interestadual e internacional, mas não o transporte intermunicipal, situado no âmbito interno de cada Estado.

De igual modo, o art. 30, V, da CF/88 reserva aos Municípios apenas a competência para organizar e prestar os serviços públicos de interesse local, incluído o transporte coletivo municipal, o que reforça que o transporte intermunicipal é de competência estadual.

Vejamos:

Art. 30. Compete aos Municípios:



ALEPI
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA
DO ESTADO DO PIAUÍ

(...)

V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

Assim, a matéria insere-se legitimamente na esfera legislativa dos **Estados**, não havendo qualquer vício de iniciativa ou usurpação de competência da União ou dos Municípios.

O Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Direta de Inconstitucionalidade - ADI 4289 DF 0006575-23.2009.1.00.0000, consolidou esse entendimento ao afirmar que **cabe aos Estados legislar e regulamentar os serviços de transporte intermunicipal de passageiros, no exercício de sua competência reservada (art. 25, § 1º, CF).**

A proposição está em consonância com os princípios constitucionais da **dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, CF/88)**, da **valorização do trabalho humano (art. 170, VIII, CF/88)** e da **redução das desigualdades sociais (art. 3º, III, CF/88)**, fundamentos que orientam o Estado na promoção de justiça social e inclusão.

Além disso, o benefício proposto possui nítido **caráter social e compensatório**, configurando-se como **medida de reconhecimento e valorização da relevante função social desempenhada pelos vigilantes**, que atuam cotidianamente na proteção de pessoas, patrimônios e estabelecimentos públicos e privados.

A iniciativa também **amplia o acesso dessa categoria a serviços públicos essenciais**, assegurando-lhes **condições mais dignas de deslocamento entre os municípios em que exercem suas atividades profissionais**.

Trata-se, portanto, de **medida que reforça o dever estatal de valorização das categorias essenciais, contribuindo para a promoção da justiça social, da dignidade do trabalho e da inclusão profissional no âmbito do Estado do Piauí**.

Do ponto de vista da técnica legislativa, a proposição observa a boa forma redacional e pode ser aprimorada mediante a adequação do preâmbulo, substituindo a expressão: “O Governador do Estado do Piauí sanciona a seguinte Lei” **por** “A Assembleia Legislativa do Estado do Piauí resolve indicar ao Poder Executivo que encaminhe Projeto de Lei dispondo sobre a concessão de desconto de 50% (cinquenta por cento) no valor das tarifas de transporte intermunicipal de passageiros para vigilantes que atuem no Estado do Piauí, mediante apresentação da Carteira Nacional de Vigilante – CNV”, a fim de **harmonizar a redação à natureza indicativa da proposição**.

Diante do exposto, constata-se que o **Indicativo de Projeto de Lei nº 29/2025** não apresenta vícios de constitucionalidade, legalidade ou regimentalidade, estando devidamente fundamentado em princípios constitucionais e sociais legítimos.

III – VOTO



Diante do exposto, voto pela aprovação do **Indicativo de Projeto de Lei nº 29/2025**, por se tratar de matéria constitucional, legal, jurídica e regimentalmente admissível.

SALA DE REUNIÃO DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina (PI), 21 de outubro de 2025.



DEP. EVALDO GOMES

Relator



APROVADO À UNANIMIDADE
EM, <u>21/10/25</u>
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE:
<u>Justiça</u>

